

Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025**



RELEASE DE RESULTADOS 2025

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A4DD-F46C-92F7-68E7.

Introdução

A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. ("IBH II" ou "Companhia") é uma *holding* controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2018 que tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Estas demonstrações financeiras abrangem a Companhia.

A composição acionária da IBH II é composto por 82,6% da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A - controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - e 17,4% pelo Itaú Unibanco S.A.

Participação Acionária (%)	2025	2024
Controlada	100	100

Demonstrativos Financeiros

FLUXO DE CAIXA

Mil (R\$)	2025	2024	Δ%
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	190.157	1.829	10296,5%
Certificados de Depósito Interbancário - CDI (*)	190.157	1.829	10296,5%

Em 2025, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 190.157 mil em caixa e equivalentes, substancialmente superior ao saldo de R\$ 1.829 mil registrado em 2024. A posição é composta integralmente por aplicações em Certificados de Depósito Interbancário (CDI), evidenciando estratégia de alocação conservadora e foco na preservação de liquidez. O aumento expressivo reflete reforço de caixa ao longo do exercício.

RESULTADO FINANCEIRO

Mil (R\$)	2025	2024	Δ%
Resultado Financeiro	(155.795)	(90.829)	71,5%
Receita Financeira	3.974	182	2083,5%
Juros sobre Aplicações Financeiras	3.974	182	2083,5%
Despesa Financeira	(159.769)	(91.011)	75,5%
Variação Monetária Passiva	(12.919)	14.163	-191,2%
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(146.665)	(105.157)	39,5%
Outros	(185)	(17)	988,2%

O resultado financeiro apresentou despesa líquida de R\$ 155.795 mil em 2025, aumento de 71,5% em relação à despesa de R\$ 90.829 mil em 2024. Apesar do crescimento relevante das receitas financeiras, impulsionadas pelo maior volume de aplicações, o desempenho foi impactado

principalmente pelo aumento das despesas com juros sobre debêntures e notas promissórias. A variação monetária passiva também contribuiu negativamente para o resultado do período.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Mil (R\$)	2025	2024	Δ%
Resultado do Exercício	(77.715)	500	-15651,8%

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 77.715 mil em 2025, revertendo o lucro de R\$ 500 mil registrado em 2024. O desempenho reflete, sobretudo, o impacto do resultado financeiro negativo no período, pressionado pelo maior nível de endividamento e custo da dívida.

AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Mil (R\$)	2025	2024	Δ%
Ações Preferenciais Resgatáveis	516.375	750.000	-31,2%
Dividendos Prioritários	247.227	216.405	14,2%
Total do Patrimônio Líquido	763.602	966.405	-21,0%

Em 21 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a criação de ações preferenciais resgatáveis, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, bem como o aumento do seu capital social.

Na referida assembleia, foi aprovada a emissão de 126.161.358 (cento e vinte e seis milhões, cento e sessenta e uma mil, trezentas e cinquenta e oito) novas ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 5,9447595 por ação, totalizando o montante de R\$ 750.000 mil.

A totalidade das ações preferenciais emitidas foi subscrita e integralizada pelo Itaú Unibanco S.A., que passou a integrar o quadro acionário da Companhia na qualidade de acionista preferencialista.

As ações preferenciais emitidas são divididas em classes distintas, conforme cronograma de resgate estabelecido no respectivo instrumento societário, conforme descrito a seguir:

Classes das Ações Preferenciais	Quantidade de Ações Preferenciais	Data de Resgate
F	8.452.823	30 de outubro de 2030
G	12.616.154	30 de abril de 2031
H	12.616.154	30 de outubro de 2031
I	12.237.669	30 de abril de 2032
J	12.237.669	30 de outubro de 2032
K	14.350.875	30 de abril de 2033
L	14.350.875	30 de outubro de 2033

INVESTIMENTOS

Mil (R\$)	2024	Resultado do Exercício	2025
Total	1.608.883	-	1.652.198
Cart	1.608.883	43.315	1.652.198

Os investimentos totalizaram R\$ 1.652.198 mil em 2025, aumento relevante frente a 2024. A variação é explicada principalmente pelo aumento de capital realizado no exercício e pela absorção do prejuízo do período. O movimento reforça a estrutura de capital da Companhia e sustenta a continuidade dos projetos estratégicos.

DEBÊNTURES PRIVATIVAS

Mil (R\$)	31/12/2024	Adição do Principal	Provisão juros	31/12/2025
Ativo Não Circulante Debêntures	-	1.000.000	13.677	1.013.677
Total	-	1.000.000	13.677	1.013.677

As debêntures descritas a seguir referem-se a títulos de dívida emitidos por terceiros, dos quais a Companhia é detentora, na qualidade de debenturista, fazendo jus ao recebimento do valor nominal acrescido dos respectivos encargos financeiros, nos termos e condições previstos na respectiva escritura de emissão.

Foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), sendo a totalidade subscrita e integralizada pela Companhia. A emissão ocorreu em série única, em 27 de novembro de 2025.

As Debêntures possuem prazo de vencimento de 181 (cento e oitenta e um) meses, com vencimento final em 31 de dezembro de 2036. Sobre o Valor Nominal Unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescidos de sobretaxa de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis.

CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO NA INVESTIDA

MIL (R\$)	2024	Atualização Monetária	2025
Concessionária Auto Raposo Tavares	90.590	12.920	103.510
Total	90.590		103.510
Circulante	90.590		-

Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos recíprocos, a controlada CART foi condenada, em processo arbitral, ao pagamento do montante de R\$ 97.410 à Metha.

O referido valor foi compensado mediante abatimento do saldo devedor que a Infraestrutura Brasil Holding II S.A. ("IBH II") possui perante a INVEPAR.

Após o referido abatimento, permanece saldo remanescente no montante de R\$ 90.590 a ser liquidado pela IBH II à INVEPAR, nos termos das demais cláusulas contratuais vigentes entre as partes.

O saldo remanescente está sujeito à atualização monetária com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme previsto contratualmente.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MIL (R\$)	IBH VI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Ordinárias	1.140.200.050	-
Preferenciais	-	126.161.358
%	82,6	17,4

Capital Social: Em 26 de novembro de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária devidamente arquivada, e em decorrência das deliberações então aprovadas, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 1.115.200.050 (R\$ 640.200.050 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.140.200.050 ações (726.861.588 ações em 31 de dezembro de 2024), sendo 86.862.219 ações preferenciais (126.161.358 ações em 31 de dezembro de 2024) e 1.053.337.831 ações ordinárias (600.700.230 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024).

As ações preferenciais são integralmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A., enquanto as ações ordinárias são integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.

Dividendos: Em cada exercício social, os acionistas têm direito ao recebimento de dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva Legal: A Companhia constitui reserva legal nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que o saldo dessa reserva atinja 20% do capital social integralizado.

Reserva de Lucros: Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído o montante de R\$ 400.000 a título de reserva de lucros, decorrente de deliberação societária e aporte financeiro realizado no exercício.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Balancos patrimoniais	13
Demonstração do resultados	14
Demonstração do resultados abrangentes	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.
Bauru - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. ("Companhia"), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding II S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Veja a Nota 6.16 (a) e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da controlada direta da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela controlada direta da Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliamos o desenho dos controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.(ii) efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil;(iii) obtivemos confirmação junto as empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, para o total da receita gerada pela Companhia; e(iv) obtivemos o extrato bancário e inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos

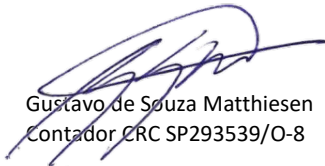
responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	190.157	1.829	563.167	92.863	Fornecedores	17	5	-	23.333	24.939
Aplicações financeiras vinculadas	9	-	-	51.025	9.984	Debêntures	19	-	-	104.165	34.514
Contas a receber	10	-	-	49.192	43.205	Ações preferencias resgataveis	18	-	143.511	-	143.511
Estoques		-	-	4.808	5.816	Outras contas a pagar		356	356	1.534	691
Tributos a recuperar	11.a	792	28	7.379	1.019	Tributos a recolher		-	-	8.438	6.599
IRPJ e CSLL à recuperar	11.b	-	-	25	1.185	Obrigações com empregados e administradores		-	-	10.739	10.855
Adiantamentos de fornecedores	17	2	2	60.438	8.231	Credor pela concessão	21	-	-	2.113	1.929
Partes relacionadas	12	-	-	960	-	Partes relacionadas	12	-	-	1.272	1.313
Total do ativo circulante		190.951	1.859	736.994	162.303	Receita acessória antecipada		-	-	10.721	10.335
						Passivo de arrendamento	24	-	-	5.752	2.952
NÃO CIRCULANTE						Provisão para manutenção	23	-	-	27.886	27.886
Impostos diferidos ativos	11.c	-	-	415.920	422.494	Contas a pagar pela aquisição de investida	20	103.510	90.590	103.510	90.590
Debêntures privadas	15	-	-	1.013.677	-	Total do passivo circulante		103.871	234.457	299.463	356.114
Depósitos judiciais	22	-	-	8.712	9.039	NÃO CIRCULANTE					
Outros		-	-	9	9	Passivo de arrendamento	24	-	-	14.495	4.179
Realizável a longo prazo		-	-	1.438.318	431.542	Debêntures	19	-	-	2.243.570	1.123.252
						Ações preferencias resgataveis	18	763.602	822.894	763.602	822.894
Imobilizado	13	-	-	17.532	26.328	Dividendos a pagar		3.055	3.055	3.055	3.055
Intangível	14	-	-	2.252.814	2.370.251	Provisão para riscos processuais	22	-	-	55.047	58.145
Infraestrutura em construção	14	-	-	3.099	1.687	Receita acessória antecipada		-	-	25.047	27.268
Investimento	16	1.652.198	1.608.883	-	-	Provisão para manutenção	23	-	-	71.857	46.868
Total do ativo não circulante		1.652.198	1.608.883	2.273.445	2.398.266	Tributos diferidos	11.c	48.882	48.882	48.882	48.882
						Total do passivo não circulante		815.539	874.831	3.225.555	2.134.543
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	25.a	740.200	640.200	740.200	640.200
						Reserva de capital	25.d	400.000	-	400.000	-
						Prejuízos acumulados		(216.461)	(138.746)	(216.461)	(138.746)
						Total do patrimônio líquido		923.739	501.454	923.739	501.454
						TOTAL DO PASSIVO		919.410	1.109.288	3.525.018	2.490.657
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.843.149	1.610.742	4.448.757	2.992.111
TOTAL DO ATIVO		1.843.149	1.610.742	4.448.757	2.992.111						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A4DD-F46C-92F7-68E7.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	26	-	-	795.592	775.814
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(493.582)	(514.626)
LUCRO BRUTO		-	-	302.010	261.188
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	27	(89)	(99)	(59.765)	(79.482)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	27	-	69.319	2.491	75.064
Outras despesas não operacionais		-	-	(9.628)	(183)
Resultado de equivalência patrimonial		78.169	22.109	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		78.080	91.329	235.108	256.587
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	28	3.974	182	92.315	16.435
Despesas financeiras	28	(159.769)	(91.011)	(361.660)	(250.198)
		(155.795)	(90.829)	(269.345)	(233.763)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(77.715)	500	(34.237)	22.824
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.b	-	-	(36.904)	(18.650)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.b	-	-	(6.574)	(3.674)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(77.715)	500	(77.715)	500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A4DD-F46C-92F7-68E7.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(77.715)</u>	<u>500</u>	<u>(77.715)</u>	<u>500</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(77.715)</u>	<u>500</u>	<u>(77.715)</u>	<u>500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		640.200	-	(139.246)	500.954
Resultado do exercício		-	-	500	500
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		640.200	-	(138.746)	501.454
Aumento de capital	25.a	100.000	-	-	100.000
Reserva de capital	25.d	-	400.000	-	400.000
Resultado do exercício		-	-	(77.715)	(77.715)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		740.200	400.000	(216.461)	923.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S/A

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(77.715)	500	(77.715)	500
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(78.169)	(22.109)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	231.273	227.174
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	9.989	1.205
Provisão para manutenção	-	-	24.989	17.947
Provisão de fornecedores	-	-	(2.302)	450
Provisão para riscos processuais, líquidos	-	-	6.672	18.498
Variações monetárias e encargos, líquidos sobre debêntures	18	146.664	105.157	209.953
Juros sobre debêntures	-	-	120.135	150.964
Receita financeira sobre aplicações financeiras	-	-	(44.179)	(8.882)
Juros sobre contrato de arrendamento	-	-	1.540	478
Juros sobre debêntures privada	-	-	(13.677)	-
Custo de captação amortizado das debêntures	-	-	7.725	7.824
Impostos correntes	-	-	36.904	18.650
Impostos diferidos	-	-	6.574	3.674
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(5.987)	6.823
Estoques	-	-	1.008	915
Tributos a recuperar	(869)	1.486	(5.713)	3671
Adiantamentos de fornecedores	-	(1)	(52.207)	853
Depósitos judiciais	-	-	327	(2.963)
Outros ativos	-	-	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	5	-	(11.820)	(19.433)
Obrigações com empregados e administradores	-	-	(116)	(955)
Contingências trabalhistas e fiscais	-	-	(9.770)	(10.387)
Tributos a recolher	105	1	2.352	(2.419)
Partes relacionadas	-	-	(1.001)	298
Receita acessória antecipada	-	-	(1.835)	(7.690)
Pagamento de outorga variável	-	-	184	75
Consumo da provisão para manutenção	-	-	-	(20.323)
Outras obrigações e contas a pagar	20	12.920	(83.482)	13.763
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	24	-	-	(1.540)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(36.904)	(15.946)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.941	1.552	408.622	294.909
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimo/debênture privada	-	-	(1.000.000)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.206)	(3.612)
Aquisição de intangível	-	-	(83.500)	(117.957)
Aplicações financeiras	-	-	3.139	16.807
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(1.081.567)	(104.762)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	25	100.000	-	100.000
Pagamento Ações preferenciais resgatáveis - Principal	18	(233.625)	-	(233.625)
Pagamento Ações preferenciais resgatáveis - Juros	18	(115.842)	-	(115.842)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Pagamento de debêntures	-	-	(31.500)	(70.202)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures	-	-	(91.120)	(148.534)
Pagamento de passivo de arrendamento	24	-	(6.104)	(3.176)
Recebimento de dividendos	12	34.854	-	-
Emissão de debêntures	-	-	1.121.440	-
Reserva de capital	25	400.000	-	400.000
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	185.387	-	1.143.249	(221.912)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
	188.328	1.552	470.304	(31.765)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.829	277	92.863	124.628
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	190.157	1.829	563.167	92.863
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
	188.328	1.552	470.304	(31.765)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código A4DD-F46C-92F7-68E7.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (“IBH II” ou “Companhia” ou “Controladora”) é uma *holding* controladora de sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2018 que tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e sua subsidiária (“Grupo”).

A sede da IBH II está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

A composição acionária da IBH II é composta por 92,9% da Infraestrutura Brasil Holding VI S.A - controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - e 7,1% pelo Itaú Unibanco S.A., conforme nota explicativa nº 25.

1.2 RELAÇÃO DE ENTIDADE CONTROLADA

	Participação	Participação acionária %	
		2025	2024
CART (a)	Controlada	100	100

(a) CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Investida Direta”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Investida Direta não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Investida Direta está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Investida Direta terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” – (“IASB”) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Investida Direta e sua controladora conseguirá cumprir sua obrigação de pagamento decorrente do saldo de contas a pagar pela aquisição de investimento conforme o prazo divulgado na nota explicativa nº 20. O Grupo reconheceu prejuízo de R\$ 77.715 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (lucro de R\$ 500 em 31 de dezembro de 2024). O saldo da Controladora referente a contas a pagar pela aquisição de investimento totaliza R\$ 103.510 (R\$ 90.590 e 2024), cujo pagamento seguirá as regras estabelecidas no contrato de compra e venda, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

3. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 22;
- (ii) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 23; e
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros - nota explicativa nº 11.c e 14.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Investida Direta efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada, pelo valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 26.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 23. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 22.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 11.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.1 *Controladas e controladas em conjunto*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Controle conjunto ocorre quando as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As participações em entidades sob controle conjunto são classificadas como operações em conjunto ou *joint ventures*, conforme a estrutura contratual e os direitos e obrigações assumidos pelas partes.

a) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e ajustado posteriormente pela participação do Grupo nos lucros ou prejuízos e em outros resultados abrangentes da investida.

b) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras do Grupo e de sua controlada mencionada na nota explicativa 16. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

d) Participação de Não Controladores

Participação de não controladores (“PNC”) corresponde à parcela do patrimônio líquido e do resultado das controladas atribuível a acionistas ou quotistas que não detenham o controle da investida.

A participação de não controladores é apresentada separadamente no patrimônio líquido consolidado, distinta do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

O resultado do período e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, ainda que isso resulte em saldo negativo para os não controladores.

e) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

6.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo Grupo.

6.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.5 Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo

ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram apurados impostos correntes em função do Grupo apresentar lucro tributável no ano de 2025.

6.6 Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como

despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável e na medida em que há realização de lucros tributáveis.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

6.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros

associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

6.9 Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível

recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com

referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.10 Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.11 Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

6.12 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

6.13 Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,32% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no seu custo de capital.

6.14 Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.15 Debêntures a receber

As debêntures a receber são classificadas como ativos financeiros e reconhecidas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A Administração avalia, periodicamente, a existência de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecendo provisão quando aplicável.

6.16 Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.17 Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

6.18 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de debêntures (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método

de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.19 Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

6.20 Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de

acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. O Grupo estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

6.21 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.22 Benefícios aos empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Controlada tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual um Grupo paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

6.23 Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no

arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

7. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	-	1.659	3.371
Certificados de Depósito Interbancário - CDI (*)	190.157	1.829	561.508	89.492
Total de caixa e equivalentes de caixa	190.157	1.829	563.167	92.863

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins.

O Grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,40% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98,42% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 30.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONSOLIDADO)

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	51.025	9.984

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Controlada deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 30.

10. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	49.025	41.957
Vale pedágio	-	377
Locação de fibra óptica (**)	93	413
Outros	74	458
Total	49.192	43.205
A vencer	48.477	42.212
Vencidos	715	993
Total	49.192	43.205

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio, cabos de energia e regularização de acessos.

A controlada CART avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da controlada CART a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 30.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRRF sobre aplicações financeiras	792	28	7.079	821
PIS/COFINS (PER/DCOMP)	-	-	-	4
Outros	-	-	300	194
Total circulante	792	28	7.379	1.019

b) IRPJ e CSLL à recuperar

	Consolidado	
	2025	2024
Antecipações do exercício (IRPJ)	25	1.185
Total circulante	25	1.185

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado:

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Compra vantajosa	-	-	(48.882)	(48.882)
Total do passivo fiscal diferido	-	-	(48.882)	(48.882)
	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal - IR	291.325	303.612	-	-
Base negativa - CS	105.314	109.737	-	-
Provisão para manutenção	33.908	25.412	-	-
Provisão para contingências	22.184	23.966	-	-
Atualização depósitos judiciais	5.305	4.663	-	-
Outras diferenças temporárias	1.668	2.192	-	-
Total do ativo fiscal diferido	459.704	469.582	-	-
Compra vantajosa	-	-	(48.882)	(48.882)
Amortização de direito de concessão	-	-	(30.716)	(33.034)
Custo de captação	-	-	(6.240)	(6.711)
Margem de construção	-	-	(5.596)	(6.018)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	-	-	(1.232)	(1.325)
Total do passivo fiscal diferido	-	-	(92.666)	(95.970)
Compensação (*)	(43.784)	(47.088)	43.784	47.088
Total	415.920	422.494	(48.882)	(48.882)

(*) O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2025 é composto pelo total do ativo diferido R\$ 459.704 menos a compensação do passivo diferido R\$ 43.784, sendo R\$ 415.920 e em 31 de dezembro de 2024 é composto pelo total do ativo diferido R\$ 469.582 menos a compensação do passivo diferido R\$ 47.088, sendo R\$ 422.494.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Consolidado				
	Ativos/Passivos				
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31/12/2025
Prejuízo fiscal - IR	303.612	(12.287)	-	(12.287)	291.325
Base negativa - CS	109.737	(4.423)	-	(4.423)	105.314
Provisão para manutenção	25.412	8.496	-	8.496	33.908
Provisão para contingências	23.966	(1.782)	-	(1.782)	22.184
Atualização depósitos judiciais	4.663	642	-	642	5.305
Outras diferenças temporárias	2.192	(524)	-	(524)	1.668
Compra vantajosa	(48.882)	-	-	-	(48.882)
Amortização de direito de concessão	(33.034)	2.318	-	2.318	(30.716)
Custo de captação	(6.711)	471	-	471	(6.240)
Margem de construção	(6.018)	422	-	422	(5.596)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.325)	93	-	93	(1.232)
Total	373.612	(6.574)	-	(6.574)	367.038
Total do ativo fiscal diferido	422.494	(6.574)	-	(6.574)	415.920
Total do passivo fiscal diferido	(48.822)	-	-	-	(48.822)

	Consolidado				
	Ativos/Passivos				
	Saldo líquido em 01/01/2024	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 31/12/2024
Prejuízo fiscal - IR	309.672	299	(6.358)	(6.060)	303.612
Base negativa - CS	111.829	151	(2.243)	(2.092)	109.737
Provisão para manutenção	26.220	6.102	(6.910)	(808)	25.412
Provisão para contingências	19.320	5.596	(950)	4.646	23.966
Atualização depósitos judiciais	5.195	-	(532)	(532)	4.663
Outras diferenças temporárias	4.325	1.709	(3.842)	(2.133)	2.192
Compra vantajosa	(48.882)	-	-	-	(48.882)
Amortização de direito de concessão	(35.352)	2.318	-	2.318	(33.034)
Custo de captação	(7.182)	471	-	471	(6.711)
Margem de construção	(6.440)	422	-	422	(6.018)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.418)	93	-	93	(1.325)
Total	377.287	17.161	(20.835)	(3.675)	373.612
Total do passivo fiscal diferido ativo	426.168	-	-	-	422.494
Total do passivo fiscal diferido passivo	(48.822)	-	-	-	(48.822)

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Controlada, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados do Grupo. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Controlada está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que o Grupo atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(77.715)	500	(34.237)	22.824
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	26.423	(170)	11.640	(7.760)
Equivalência patrimonial	26.577	7.517	-	-
Adições e baixas permanentes	-	-	(2.118)	(7.217)
Base negativa/prejuízo fiscal não reconhecida	(53.000)	(7.347)	(53.000)	(7.347)
Imposto de renda e contribuição social resultado	-	-	(43.478)	(22.324)
Total dos impostos correntes	-	-	(36.904)	(18.650)
Total dos impostos diferidos	-	-	(6.574)	(3.674)
Total impostos	-	-	(43.478)	(22.324)
Alíquota efetiva	0%	0%	-127%	98%

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos - (Controladora)

O saldo de base negativa total é de R\$ 487.771 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 331.887 em 31 de dezembro de 2024).

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para o Grupo possa utilizar os benefícios destes. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

12. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem seu controle acionário considerando 82,6% para a Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. e 17,4% para o Itaú Unibanco S.A. e possui como controladora final o Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (ii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o do Grupo.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2025				2025
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
IBH I	Prestação de serviço (a)	Investida	34	-	695	-	-
EIXO	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	18	-	177	-	-
Via Araucária	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	-	400	-	-
IBH 34	Compartilhamento de despesas (a)	Controladoria	908	-	-	-	-
CART	Debêntures privativas (nota 15)	Controlada	-	1.013.677	-	-	13.677
Total			960	1.013.677	1.272	356	13.677

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	31/12/2024				2024
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
CART	Compartilhamento de despesas	Investida	-	-	1.313	356	(7.663)
Total			-	-	1.313	356	(7.663)

- (a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Distribuição de dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo recebeu dividendos no montante de R\$ 34.854, advindos da investida Concessionária Auto Raposo Tavares Cart.

Remuneração dos Administradores

Em 23 de maio de 2025, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 5.594 (R\$ 6.162 em 31 de abril de 2024). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	2025	2024
Pró-labore	1.786	2.339
Bônus variáveis	1.496	1.811
Encargos	773	1.071
Outros benefícios	52	73
Total	<u>4.107</u>	<u>5.294</u>

13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Vida útil média em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2025
Custo						
Instalações	25	517	246	-	-	763
Máquinas e equipamentos	6	25.375	332	(1.888)	(21)	23.798
Móveis e utensílios	6	4.949	25	(25)	-	4.949
Veículos	5	30.396	319	(3.420)	-	27.295
Equipamentos de informática	7	46.441	613	(2.681)	(357)	44.016
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	42	-	7	2.313
		109.942	1.577	(8.014)	(371)	103.134
Depreciação acumulada						
Instalações		(162)	(55)	-	-	(217)
Máquinas e equipamentos		(11.105)	(2.253)	1.836	-	(11.522)
Móveis e utensílios		(4.405)	(169)	25	-	(4.549)
Veículos		(23.514)	(4.735)	2.647	-	(25.602)
Equipamentos de informática		(43.563)	(1.244)	2.156	-	(42.651)
Ferramentas e aparelhos		(865)	(196)	-	-	(1.061)
		(83.614)	(8.652)	6.664	-	(85.602)
Imobilizado líquido		26.328	(7.075)	(1.350)	(371)	17.532

	Vida útil média em anos	01/01/2024	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
Custo						
Instalações	25	434	83	-	-	517
Máquinas e equipamentos	6	22.599	2.791	(15)	-	25.375
Móveis e utensílios	6	4.924	25	-	-	4.949
Veículos	5	30.978	4	(586)	-	30.396
Equipamentos de informática	7	46.945	939	(1.443)	-	46.441
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	-	-	-	2.264
		108.144	3.842	(2.044)	-	109.942
Depreciação acumulada						
Instalações		(114)	(48)	-	-	(162)
Máquinas e equipamentos		(9.169)	(1.936)	-	-	(11.105)
Móveis e utensílios		(4.230)	(175)	-	-	(4.405)
Veículos		(17.436)	(6.481)	403	-	(23.514)
Equipamentos de informática		(42.495)	(1.504)	436	-	(43.563)
Ferramentas e aparelhos		(672)	(193)	-	-	(865)
		(74.116)	(10.337)	839	-	(83.614)
Imobilizado líquido		34.028	(6.495)	(1.205)	-	26.328

Ativos cedidos em garantia

A controlada Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

14. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO (CONSOLIDADO)

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2025
Custo						
<i>Software</i>	5	15.714	1.040	(81)	-	16.673
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão (**)		3.259.244	93.272	(1.658)	58	3.350.916
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		14.958	19.452	(235)	-	34.175
		3.923.936	113.764	(1.974)	58	4.035.784
Amortização						
<i>Software</i>		(12.162)	(424)	61	-	(12.525)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.199.701)	(203.095)	699	-	(1.402.097)
Outorga fixa		(333.166)	(21.133)	-	-	(354.299)
Direito de uso		(8.636)	(5.392)	1	-	(14.027)
Amortização acumulada		(1.553.685)	(230.044)	761	-	(1.782.970)
Saldo intangível líquido		2.370.251	(116.281)	(1.213)	58	2.252.814
Infraestrutura em construção (***)		1.687	1.099	-	313	3.099
Custo						
<i>Software</i>	5	14.862	852	-	-	15.714
Marcas e patentes	10	55	-	(35)	-	20
Direito de concessão (**)		3.129.141	130.102	-	-	3.259.244
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		9.191	6.672	(905)	-	14.958
		3.787.249	137.626	(940)	-	3.923.936
Amortização						
<i>Software</i>		(12.114)	(48)	-	-	(12.162)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.007.621)	(192.082)	-	-	(1.199.701)
Outorga fixa		(312.033)	(21.133)	-	-	(333.166)
Direito de uso		(6.358)	(3.183)	905	-	(8.636)
Amortização acumulada		(1.338.146)	(216.446)	905	-	(1.553.685)
Saldo intangível líquido		2.449.103	(78.820)	(35)	-	2.370.251
Infraestrutura em construção (***)		2.098	(411)	-	-	1.687

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível, em função da conclusão de trechos de obras em rodovias.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Controlada é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. As principais naturezas referem se a execução de marginais, acostamentos,

obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. O processo arbitral envolvendo a Controlada e a Metha, encerrou-se em dezembro de 2023. Após a sua conclusão, o montante de R\$ 97.410 mantido no grupo de infraestrutura em andamento, foi transferido para o direito de concessão.

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,5% a.a. de 2024 e 3,5% a.a. até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

Ativos cedidos em garantia

O Grupo não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

15. DEBÊNTURES PRIVATIVAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	Adição do Principal	Provisão juros	31/12/2025
Ativo não circulante				
Debêntures	-	1.000.000	13.677	1.013.677
Total	-	1.000.000	13.677	1.013.677

Em 31 de dezembro de 2025, a Controlada CART reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 13.677 em juros sobre debêntures.

Debêntures – 1ª emissão

As debêntures descritas a seguir referem-se a títulos de dívida emitidos por terceiros, dos quais a Companhia é detentora, na condição de debenturista, fazendo jus ao recebimento do valor principal e dos respectivos encargos financeiros, conforme as condições estabelecidas na escritura de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora (Infraestrutura Brasil Holding VI AS - IBH VI), realizada em 26 de novembro de 2025 (RCA da Emissora – 26.11.2025), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 5.133.228/25-9 em 03 de dezembro de 2025, foi aprovada a realização da primeira emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única de acordo com a Instrução CVM nº 160 e alterada pela resolução CVM nº 226.

Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 1.000.000, das quais a Companhia é titular. A emissão se deu em série única no dia 27 de novembro de 2025.

As Debêntures têm o prazo de vencimento de 181 meses, com vencimento em 31 de dezembro de 2036 e conferem à Companhia o direito ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br/pt_br) (“Taxa DI”) acrescidos, exponencialmente, de uma sobretaxa de 1% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, a “Remuneração”) (“Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração.

Os juros remuneratórios serão incorporados ao valor nominal unitário das Debêntures e recebidos pela Companhia em uma única parcela na data de vencimento das Debêntures (“Data de Recebimento da Remuneração”), exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcela única, devida na data de vencimento, a favor da Companhia exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

16. INVESTIMENTO (CONTROLADORA)

a) Informações sobre o investimento na CART:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Número de ações	12.602.598	12.602.598
Ordinárias	6.301.299	6.301.299
Preferenciais	6.301.299	6.301.299
Total do ativo circulante	547.093	161.086
Total do ativo não circulante	3.711.763	2.829.808
Total do passivo circulante	196.642	122.299
Total do passivo não circulante	2.410.016	1.259.712
Capital social	1.586.775	2.451.400
Reserva legal	3.908	-
Reserva de lucros	61.515	-
Prejuízos acumulados	-	(842.517)
Total do patrimônio líquido	<u>1.652.198</u>	<u>1.608.883</u>
Resultado líquido do exercício	78.169	22.109
Participação %	100	100

b) Informações sobre o investimento na CART

	31/12/2024	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2025
CART	1.608.883	(34.854)	78.169	1.652.198
Total	1.608.883	(34.854)	78.169	1.652.198

	01/01/2024	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2024
CART	1.586.774	-	22.109	1.608.883
Total	1.586.774	-	22.109	1.608.883

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

a) Fornecedores

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	5	-
Total	5	-

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	20.950	20.254
Fornecedores provisão	2.383	4.685
Total	23.333	24.939

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 30.

b) Adiantamentos

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	2	-
Total	2	-

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (i)	60.438	8.231
Total	60.438	8.231

(i) O saldo de adiantamentos a fornecedores refere-se, predominantemente, a valores antecipados a prestadores de serviços vinculados a projetos de infraestrutura da Companhia CART, cujo cronograma de execução ocorre em etapas específicas. Tais adiantamentos têm por finalidade garantir a continuidade das atividades contratadas, conforme previsto nos respectivos contratos.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGÁTAVEIS

Controladora Ações Preferenciais Resgatáveis						
	31/12/2024	Pagamento		Juros	Transferências	31/12/2025
		Principal	Juros			
Passivo circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	111.375	(233.625)	-	-	122.250	-
Juros	32.136	-	(115.842)	-	83.706	-
Total	143.511	(233.625)	(115.842)	-	205.956	-
Passivo não circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	638.625	-	-	-	(122.250)	516.375
Juros	184.269	-	-	146.664	(83.706)	247.227
Total	822.894	-	-	146.664	(205.956)	763.602
Total geral	966.405	(233.625)	(115.842)	146.664	-	763.602

	01/01/2024	Pagamento		juros	Transferências	31/12/2024
		Principal	Juros			
Passivo circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	-	111.375	111.375
Juros	-	-	-	-	32.136	32.136
Total	-	-	-	-	143.511	143.511
Passivo não circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	750.000	-	-	-	(111.375)	638.625
Juros	111.248	-	-	105.157	(32.136)	184.269
Total	861.248	-	-	105.157	(143.511)	822.894
Total geral	861.248	-	-	105.157	-	966.405

Em 21 de dezembro de 2022 foi aprovado em de Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais resgatáveis e sem valor nominal de emissão do Companhia assim como o aumento de capital social da Companhia. Nesta ata, foi aprovado a emissão de 126.161.358 (cento e vinte e seis milhões, cento e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 5,9447595 por ação preferencial, totalizando um preço de emissão de R\$ 750.000. A totalidade das ações preferenciais emitidas foram totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A. a qual ora ingressou no quadro acionário da Companhia.

Em 26/11/2025 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de R\$ 349.467 referente as classes A, B, C, D e E.

As ações preferenciais possuem classes diferentes, conforme cronograma de resgate abaixo:

Classes das Ações Preferenciais	Quantidade de Ações Preferenciais	Data de Resgate
F	8.452.823	30 de outubro de 2030
G	12.616.154	30 de abril de 2031
H	12.616.154	30 de outubro de 2031
I	12.237.669	30 de abril de 2032
J	12.237.669	30 de outubro de 2032
K	14.350.875	30 de abril de 2033
L	14.350.875	30 de outubro de 2033

As ações preferenciais terão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de acordo com o seguinte critério: prioridade no recebimento de dividendos semestrais fixos, prioritários cumulativos e obrigatórios, cálculos com base em taxa de retorno equivalente a 100% (cento por cento) da taxa média diário a de depósitos interbancários com base em 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. acrescido de 1,20% ao ano. As ações preferenciais gozam de prioridade em relação a qualquer pagamento de proventos ou distribuição da Companhia para os titulares de ações ordinárias e/ou outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitida pela Companhia.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

19. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	Custo de captação amortizado	Pagamento			Principal	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2025
			Principal	Atualização Monetária	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures	40.661	-	(31.500)	(7.261)	(83.859)	-	120.135	16.646	63.000	117.822
Custos a amortizar	(6.147)	7.250	-	-	-	(7.510)	-	-	(7.250)	(13.657)
Total	34.514	7.250	(31.500)	(7.261)	(83.859)	(7.510)	120.135	16.646	55.750	104.165
Passivo não circulante										
Debêntures	1.184.719	-	-	-	-	1.200.00	-	46.643	(63.000)	2.368.362
Custos a amortizar	(61.467)	475	-	-	-	(71.050)	-	-	7.250	(124.792)
Total	1.123.252	475	-	-	-	1.128.950	-	46.643	(55.750)	2.243.570
Total geral	1.157.766	7.725	(31.500)	(7.261)	(83.859)	1.121.440	120.135	63.289	-	2.347.735
Circulante	34.514									104.165
Não circulante	1.123.252									2.243.570

	01/01/2024	Custo de captação amortizado	Pagamento			Principal	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2024
			Principal	Atualização Monetária	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures	127.705	-	(70.202)	(60.107)	(88.427)	-	88.624	5.185	37.883	40.661
Custos a amortizar	(7.824)	7.824	-	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)
Total	119.881	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	-	88.624	5.185	31.736	34.514
Passivo não circulante										
Debêntures	1.165.447	-	-	-	-	-	-	57.155	(37.883)	1.184.719
Custos a amortizar	(67.614)	-	-	-	-	-	-	-	6.147	(61.467)
Total	1.097.833	-	-	-	-	-	-	57.155	(31.736)	1.123.252
Total geral	1.217.714	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	-	88.624	62.340	-	1.157.766
Circulante	119.881									34.514
Não circulante	1.097.833									1.123.252

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 120.135 e R\$ 63.288 em juros sobre debêntures e variação monetária (em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu no resultado o valor de R\$ 88.624 e R\$ 62.340, respectivamente).

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2025
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.240.116
Debenturistas – Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.246.067
(-) Custos de transação – Debêntures				(138.448)
Total				2.347.735
Parcelas do circulante				104.165
Parcelas do não circulante				2.243.570

Vencimento longo prazo em 31/12/2025

2027	62.002
2028	103.337
2029	113.670
2030	164.979
2031 em diante	1.799.582
Total longo prazo	2.243.570

<u>Vencimento longo prazo em 31/12/2024</u>	
2025	58.947
2026	28.014
2027	108.108
2028	123.558
2029 em diante	804.625
Total longo prazo	1.123.252

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Controlada, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$ 1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$61.468 (R\$ 67.614 em 31 de dezembro de 2024).

Debêntures – 4ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de março de 2025 (RCA da Emissora – 06.03.2025), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 05.06.2025 (“RCA da Emissora – 05.06.2025”), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 22.08.2025 (“RCA da Emissora – 22.08.2025”), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 86.040/025-0 em 17 de março de 2025, foi aprovada a realização da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 1.200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 1.200.000. A emissão se deu em série única no dia 15 de junho de 2025. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de espécie quirográfica.

As debêntures têm o prazo de vencimento de 129 meses, com vencimento em 15 de março de 2036 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à taxa 8,5334% (oito inteiros e cinquenta

e três centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, a se 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir de 15 de março de 2026 (data do primeiro pagamento) e os demais pagamento de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização sempre no dia 15 nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2028.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 30.509 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 76.982.

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato da 3ª e 4ª emissões de debêntures, os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada ano.

Em razão da nova emissão foi concedido *waiver* alterando o índice de alavancagem 3,75x para 5,0x.

Os índices financeiros são:

- Dívida Líquida / EBITIDA $\leq 5,0$ x.
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) Dívida Líquida / (2) EBITIDA ajustado.

(1) Dívida Líquida = soma dos débitos bancários e títulos no mercado de capitais, excluídos os subordinados e os em tesouraria, subtraído do caixa, bancos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(2) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, o Grupo avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado em 31 de dezembro de 2025.

20. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO NA INVESTIDA (CONTROLADORA)

Referem-se ao saldo a pagar pela compra da CART, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024	Atualização Monetária	31/12/2025
Concessionária Auto Raposo Tavares	90.590	12.920	103.510
Total	90.590	12.920	103.510

	01/01/2024	Atualização Monetária	31/12/2024
Concessionária Auto Raposo Tavares	174.072	(83.482)	90.590
Total	174.072	(83.482)	90.590

Em novembro de 2023, realizada a apuração e a compensação recíproca de débitos e créditos entre as partes, verificou-se que, em função dos ajustes realizados, a Companhia foi condenada ao pagamento à Metha S.A. o montante de R\$ 97.410,00 em janeiro de 2024.

Após esse abatimento, ainda resta um saldo remanescente a ser pago pela IBH II à INVEPAR, conforme as demais cláusulas contratuais ainda vigentes entre as partes, no valor de R\$ 90.590.

Esse valor é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

21. CREDOR PELA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

O prazo da concessão da Controlada e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Controlada assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$ 634.000, conforme nota explicativa nº 14, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Controlada.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.113 (R\$ 1.929 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 23.140 (Em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente R\$ 21.213) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Controlada utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

22. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPOSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

A situação jurídica do Grupo engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Controlada, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	Provável	31/12/2025	
		Probabilidade de perda	
		Possível	Total
Trabalhistas	2.115	23.853	25.968
Cíveis (*)	52.661	79.960	132.621
Ambiental	271	3.936	4.207
Total	55.047	107.749	162.796

Natureza do risco	Provável	31/12/2024	
		Probabilidade de perda	
		Possível	Total
Trabalhistas	3.728	17.815	21.543
Cíveis (*)	54.174	168.710	222.884
Ambiental	243	3.512	3.755
Total	58.145	190.037	248.182

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) A Controlada foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC8, o qual tramita em confidencialidade perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da retenção de *Earn-out* previsto em *Sales-Purchase Agreement* ("SPA") firmado entre o atual acionista controlador e a INVERPAR em abril/2020 em razão da compra da Controlada.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2025
Trabalhistas (a)	3.728	909	(539)	(1.117)	(888)	2.093
Cíveis e ambientais (b)	54.417	10.568	(6.410)	(8.653)	3.032	52.954
Total	58.145	11.477	(6.949)	(9.770)	2.144	55.047

Natureza do risco	01/01/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.199	433	(229)	(1.087)	(588)	3.728
Cíveis e ambientais (b)	44.835	30.508	(15.600)	(9.299)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(15.829)	(10.386)	3.385	58.145

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 6.672 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu no resultado o valor de R\$ 18.497).

a) Riscos trabalhistas

A Controlada é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Controlada é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a Controlada recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, visando dirimir controvérsia decorrente de contrato de execução de obras civis celebrado entre as partes.

A CART apresentou defesa e formulou reconvenção, com pedidos contrapostos que totalizaram o valor provisório de R\$ 350.000. O procedimento arbitral foi regularmente instruído, com a produção de provas documentais, apresentação de laudos técnicos e realização de perícias.

No curso da arbitragem, em razão de ordem judicial de penhora oriunda de processo movido por terceiro alheio à relação contratual entre as partes, foi concedido prazo para manifestação. A Controlada apresentou impugnação, sustentando a ilegalidade da medida. A Câmara Arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora e determinou o prosseguimento do feito.

Em 29 de março de 2021, foi proferida sentença arbitral parcial. Em novembro de 2023, realizada a apuração e a compensação recíproca de débitos e créditos entre as partes, verificou-se que, em função dos ajustes realizados, a Controlada foi condenada ao pagamento à Metha S.A. o montante de R\$ 97.410 em janeiro de 2024.

Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2025	2024
Trabalhistas	644	798
Cíveis	6.924	7.262
Tributária	1.014	979
Bloqueios Judiciais	130	-
Total	8.712	9.039

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Trata-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R\$ 644 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 798).

Depósitos Cíveis – garantias

Depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Controlada entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 6.923 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 7.262).

Além dos depósitos destacados acima o Grupo possui em 31 de dezembro de 2025 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 1.014 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 979).

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO (CONSOLIDADO)

O Grupo estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2025 são:

Provisão para manutenção	31/12/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2025
Passivo circulante	27.886	-	-	-	27.886
Passivo não circulante	46.868	22.993	1.996	-	71.857
Total	74.754	22.993	1.996	-	99.743

Provisão para manutenção	31/12/2023	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	-	46.868
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 24.989 em provisão para manutenção (em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu o valor de R\$ 18.405)

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	2025	2024
Saldo inicial	7.131	3.635
Adições	19.453	6.672
Juros provisionados	1.540	478
Baixas	(233)	-
Pagamento de juros	(1.540)	(478)
Pagamento de principal	(6.104)	(3.176)
Total	20.247	7.131
Passivo circulante	5.752	2.952
Passivo não circulante	14.495	4.179

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 1.540 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu no resultado o valor de R\$ 478).

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, o Grupo obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (10,32% a.a. em 2024).

25. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 03 de agosto de 2022 foi aprovada, em ata, a redução do capital social da Companhia, sendo: (i) R\$ 970.301 referentes à importância subscrita e não integralizada; e (ii) R\$ 62.000 referentes à restituição efetiva do capital social integralizado da Companhia ao acionista. Em razão de tal deliberação, ocorreu o cancelamento dos boletins de subscrição emitidos em relação à importância ainda não integralizada. Em decorrência dessa transação, o saldo de ajuste a valor presente no montante de R\$ 51.981 foi integralmente realizado.

As ações preferenciais não conferem direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia. As ações preferenciais conferem, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento atribuídas às ações ordinárias.

Em 21 de dezembro de 2022, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a criação de ações preferenciais resgatáveis e sem valor nominal de emissão da Companhia, bem como o aumento do capital social.

Nesta mesma Assembleia, foi aprovada a emissão de 126.161.358 (cento e vinte e seis milhões, cento e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e oito) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$ 5,9447595 por ação preferencial, totalizando um montante de emissão de R\$ 750.000. As ações preferenciais emitidas foram totalmente subscritas pelo Itaú Unibanco S.A., que passou a integrar o quadro acionário do Grupo. As ações preferenciais são divididas em classes distintas, conforme cronograma de resgate informado na Nota Explicativa nº 20.

Em 26 de novembro de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a criação de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nesta Assembleia, foram emitidas 500.000 (quinhentas milhões) de novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão de R\$1,00 (um real), totalizando um montante de emissão de R\$ 1.140.200.

Observado que, do preço de emissão total, o montante de R\$ 100.000 foi destinado à conta de capital social.

	IBH VI S.A	Itaú Unibanco S.A.
Ordinárias	1.140.200.050	-
Preferenciais	-	86.862.219
%	92,9	7,1

b) Dividendos

Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O Grupo segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

d) Reserva de capital

Em 26 de novembro de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a constituição de reserva de capital no montante de R\$ 400.000.

26. RECEITAS (CONSOLIDADO)

O Grupo apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2025 e 2024 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2025	2024
Receita de pedágio	748.966	685.055
Receitas acessórias	22.356	22.228
Impostos	(66.464)	(61.160)
Receita líquida de serviços	704.858	646.123
Receita de construção (a)	90.734	129.691
Receita total	795.592	775.814

(a) A receita de construção é reconhecida exclusivamente para fins contábeis, nos termos da ICPC 01 (IFRIC 12), sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos Custos dos Serviços de Construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo

	2025	2024
Base de cálculo de impostos	-	-
Receitas com serviços	771.323	707.282
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(23.140)	(21.293)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.014)	(4.613)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(38.312)	(35.254)
Deduções da receita	(66.464)	(61.160)

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de obra	-	-	(90.734)	(129.692)
Provisão para Manutenção	-	-	(22.451)	(18.404)
Depreciação e amortizações	-	-	(231.273)	(227.174)
Pessoal	-	-	(78.174)	(68.021)
Serviços de terceiros (*)	(89)	(99)	(44.952)	(46.869)
Poder concedente	-	-	(23.140)	(21.281)
Conservação e manutenção	-	-	(33.898)	(29.867)
Provisão para contingências	-	-	(4.340)	(13.666)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(832)	(1.014)
Seguros	-	-	(3.486)	(3.597)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	-	69.319	(20.067)	34.796
	(89)	69.220	(553.347)	(524.789)
Custo de serviços prestados	-	-	(493.582)	(514.626)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (**)	-	69.319	2.491	75.064
Despesas gerais e administrativas	(89)	(99)	(59.765)	(79.482)
	(89)	69.220	(550.856)	(519.044)

(*) Os custos e despesa operacionais são compostos substancialmente por materiais de escritório, combustíveis, energia elétrica e transporte de valores.

(**) O montante de R\$ 69.319 reconhecido em 2024 na Controladora, refere-se ao resultado positivo do encerramento do processo arbitral (Nota Explicativa 20).

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	3.974	182	77.693	6.183
Juros sobre aplicações financeiras debêntures	-	-	14.622	8.882
Outros	-	-	-	1.370
Total receitas financeiras	3.974	182	92.315	16.435
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	-	-	(156)	(245)
Variação monetária passiva	(12.919)	14.163	(76.864)	(48.177)
Juros sobre debentures	(146.665)	(105.157)	(274.525)	(193.781)
Outros	(185)	(17)	(10.115)	(7.995)
Total despesas financeiras	(159.769)	(91.011)	(361.660)	(250.198)
Total resultado Financeiro	(155.795)	(90.829)	(269.345)	(233.763)

29. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerador básico resultado do exercício	(77.715)	500
Denominador básico e diluído média ponderada das ações (em milhares)	1.227.062	766.361
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>(0,063)</u>	<u>0,001</u>

O Grupo não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havendo diferença entre o cálculo do prejuízo e lucro líquido por ação básico e diluído.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2025 e 2024, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício de 2025 e 2024, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes	190.157	-	-	1.829	-	-
Total do ativo	190.157	-	-	1.829	-	-
Passivos						
Ações preferenciais resgatáveis	-	763.602	-	-	966.405	-
Contas a pagar pela aquisição de investida	-	103.510	-	-	90.590	-
Partes relacionadas	-	356	-	-	356	-
Total do passivo	-	867.468	-	-	1.057.351	-

Instrumentos financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	563.167	-	-	92.863	-	-
Aplicações financeiras	51.025	-	-	9.984	-	-
Depósitos judiciais	8.712	-	-	9.039	-	-
Contas a receber	49.192	-	-	43.205	-	-
Partes relacionadas	960	-	-	-	-	-
Debêntures	1.013.677	-	-	-	-	-
Outros	9	-	-	9	-	-
Total do ativo	1.686.742	-	-	155.100	-	-
Passivos						
Ações preferências resgatáveis	-	763.602	-	-	966.405	-
Debêntures	-	2.347.735	-	-	1.157.766	-
Contas a pagar pela aquisição de investida	-	103.510	-	-	90.590	-
Fornecedores	-	23.333	-	-	24.939	-
Partes relacionadas	-	1.628	-	-	1.669	-
Concessão de serviço público	-	2.113	-	-	1.929	-
Passivo de arrendamento	-	20.247	-	-	7.131	-
Outras contas a pagar	-	1.178	-	-	335	-
Total do passivo	-	3.263.346	-	-	2.250.764	-

A Administração do Grupo informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Metodologias utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O Grupo detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 563.167 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 92.863 em 31 de dezembro de 2024) e Aplicações financeiras vinculadas de R\$ 51.025 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.984 em 31 de dezembro de 2024). O Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são

administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta valores a receber de R\$ 49.192 (R\$ 43.205 em 31 de dezembro de 2024), sendo 98,9% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 8 e nº 10, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras e incluem os pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2025	Controladora			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Ações preferencias resgatáveis	763.602	1.697.378	-	1.697.378
Contas a pagar pela aquisição de investida	103.510	118.706	-	118.706
Total	867.112	1.816.084	-	1.816.084

31 de dezembro de 2024	Controladora			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Ações preferencias resgatáveis	966.405	1.169.352	483.201	686.151
Contas a pagar pela aquisição de investida	90.590	109.614	45.295	64.319
Total	1.056.995	1.278.966	528.496	750.470

31 de dezembro de 2025	Consolidado			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Debêntures	2.347.735	2.736.514	273.652	2.462.862
Ações preferencias resgatáveis	763.602	1.697.378	-	1.697.378
Fornecedores	23.333	23.333	23.333	-
Partes relacionadas	1.628	1.628	1.272	356
Credor pela concessão	2.113	2.113	2.113	-
Passivo de arrendamento	20.247	20.247	5.752	14.495
Contas a pagar pela aquisição de investida	103.510	118.706	-	118.706
Total	3.262.168	4.599.919	306.122	4.293.441

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2024	Contábil	Fluxo contratual	Consolidado	
			Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.157.766	1.713.495	171.350	1.542.145
Ações preferencias resgatáveis	966.405	1.169.352	483.201	686.151
Fornecedores	24.939	24.939	24.939	-
Partes relacionadas	1.669	1.669	1.313	356
Credor pela concessão	1.929	1.929	1.929	-
Passivo de arrendamento	7.131	10.795	2.952	7.843
Contas a pagar pela aquisição de investida	90.925	109.950	45.295	64.655
Total	2.250.764	3.032.129	730.979	2.301.150

c) Análise de sensibilidade

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

As taxas consideradas foram:

31/12/2025	
Referência para ativos financeiros	Cenário provável
CDI Ativo (% ao ano)	12,15%
CDI Passivo (% ao ano)	12,15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,05%

31/12/2024	
Referência para ativos financeiros	Cenário provável
CDI Ativo (% ao ano)	14,65%
CDI Passivo (% ao ano)	14,65%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,72%

Os indicadores utilizados para 2024 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Controladora			
	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	190.157	CDI	12,15%	23.104
Ações preferenciais resgatáveis	(763.602)	CDI	12,15%	(92.778)
Total	(573.445)			(69.674)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	1.829	CDI	14,65%	268
Ações preferenciais resgatáveis	(966.405)	CDI	14,65%	(141.578)
Total	(968.234)			(141.846)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

Consolidado				
Instrumentos	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	563.167	CDI	12,15%	68.425
Aplicações financeiras vinculadas	51.025	CDI	12,15%	6.200
Ações Preferenciais Resgatáveis	(763.602)	CDI	12,15%	(92.778)
Debêntures (*)	(2.347.735)	IPCA	4,05%	(95.083)
Total	(2.497.145)			(113.236)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

Consolidado				
Instrumentos	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	92.863	CDI	14,65%	13.604
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	CDI	14,65%	1.463
Ações Preferenciais Resgatáveis	(966.405)	CDI	14,65%	(141.578)
Debêntures	(1.157.766)	IPCA	4,72%	(54.647)
Total	(2.021.324)			(181.158)

Impacto no resultado e patrimônio líquido

O montante equivalente a 100% das debêntures do Grupo estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

d) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

31. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Seguradora	Ano	Soma de Limite Máximo de Indenização
D&O	Austral	10/08/2026	53.000
Fiança Locatícia - Edson Holmo	Pottencial	03/01/2027	90
Fiança Locatícia - Galpão Ourinhos	Pottencial	31/10/2027	199
Fiança Locatícia - Galpão Presidente Prudente	Pottencial	02/01/2028	142
Frota CART	Tokio Marine	07/07/2026	29.198
Frota PMRV	Tokio Marine	07/07/2026	4.432
Garantia - Ampliação	Pottencial	16/06/2027	37.632
Garantia - Ampliação - Endosso I	Pottencial	16/06/2027	39.633
Garantia - Operações	Pottencial	16/06/2027	222.996
Garantia - Operações - Endosso I	Pottencial	16/06/2027	234.848
Garantia Judicial	Pottencial	08/03/2026	616
Garantia Judicial	Pottencial	26/03/2026	342
Garantia Judicial	Pottencial	02/12/2026	943
Garantia Judicial	Pottencial	08/03/2027	16
Garantia Judicial	Pottencial	22/03/2027	222
Garantia Judicial	Pottencial	23/03/2027	296
Garantia Judicial	Pottencial	20/04/2027	370
Garantia Judicial	Pottencial	26/05/2027	1.256
Garantia Judicial	Pottencial	31/05/2027	591
Garantia Judicial	Pottencial	07/06/2027	872
Garantia Judicial	Pottencial	08/06/2027	341
Garantia Judicial	Pottencial	14/06/2027	2.739
Garantia Judicial	Pottencial	15/06/2027	605
Garantia Judicial	Pottencial	21/06/2027	148
Garantia Judicial	Pottencial	22/06/2027	1.123
Garantia Judicial	Pottencial	30/06/2027	55
Garantia Judicial	Pottencial	07/07/2027	332
Garantia Judicial	Pottencial	18/07/2027	332
Garantia Judicial	Pottencial	18/08/2027	1.109
Garantia Judicial	Pottencial	24/08/2027	2.018
Garantia Judicial	Pottencial	26/08/2027	10
Garantia Judicial	Pottencial	29/08/2027	576
Garantia Judicial	Pottencial	16/09/2027	370
Garantia Judicial	Pottencial	26/09/2027	413
Garantia Judicial	Pottencial	28/09/2027	413
Garantia Judicial	Pottencial	13/10/2027	50
Garantia Judicial	Pottencial	24/10/2027	702
Garantia Judicial	Pottencial	25/10/2027	1.040
Garantia Judicial	Pottencial	06/11/2027	1.405
Garantia Judicial	Pottencial	30/11/2027	743
Garantia Judicial	Pottencial	01/12/2027	3.603
Garantia Judicial	Pottencial	08/12/2027	132
Garantia Judicial	Pottencial	20/12/2027	2.139
Garantia Judicial	Pottencial	21/12/2027	231
Garantia Judicial	Pottencial	05/01/2028	1.023
Garantia Judicial	Pottencial	24/01/2028	124
Garantia Judicial	Pottencial	05/03/2028	22.099
Garantia Judicial	Pottencial	21/03/2028	591
Garantia Judicial	Pottencial	08/04/2028	14.875
Garantia Judicial	Pottencial	10/04/2028	186

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantia Judicial	Pottencial	11/05/2028	4.013
Garantia Judicial	Pottencial	01/06/2028	560
Garantia Judicial	Pottencial	21/07/2028	413
Garantia Judicial	Pottencial	18/09/2028	8.209
Garantia Judicial	Pottencial	04/10/2028	386
Garantia Judicial	Pottencial	01/11/2028	558
Garantia Judicial	Pottencial	15/01/2029	1.716
Garantia Judicial	Pottencial	16/01/2029	64
Garantia Judicial	Pottencial	08/02/2029	16
Garantia Judicial	Pottencial	10/04/2029	429
Garantia Judicial	Pottencial	04/07/2029	64
Garantia Judicial	Pottencial	17/07/2029	129
Garantia Judicial	Pottencial	15/08/2029	474
Garantia Judicial	Pottencial	28/11/2029	401
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/03/2026	692
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/03/2026	401
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/10/2026	425
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/10/2026	170
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	22/03/2027	251
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	20/04/2027	419
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	26/05/2027	1.426
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	31/05/2027	671
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	07/06/2027	990
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/06/2027	387
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	14/06/2027	3.108
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	15/06/2027	686
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/06/2027	168
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	22/06/2027	1.275
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	30/06/2027	63
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	01/12/2027	200
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	08/12/2027	149
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	05/03/2028	743
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	11/05/2028	257
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	21/07/2028	461
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	18/09/2028	2.576
Garantia Judicial - Endosso I	Pottencial	10/09/2029	67
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	26/03/2026	449
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	21/10/2026	284
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	22/03/2027	280
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	26/05/2027	1.577
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	31/05/2027	734
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	07/06/2027	1.083
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	08/06/2027	427
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	14/06/2027	3.457
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	15/06/2027	743
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	21/06/2027	182
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	22/06/2027	1.392
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	30/06/2027	68
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	01/12/2027	75
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/03/2026	502
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	02/12/2026	1.325
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/05/2027	623
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	14/06/2027	3.851
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	08/03/2026	881
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	29/09/2027	999
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	13/08/2028	392
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/04/2027	463
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	18/08/2027	343

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/08/2027	1.007
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/06/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/08/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2026	33
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/09/2026	33
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	21/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/09/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	25/10/2026	4
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/11/2026	13
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/12/2026	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/05/2027	39
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/06/2027	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	06/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	12/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/08/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/08/2027	171
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/09/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/10/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/11/2027	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/12/2027	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/12/2027	102
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/01/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	19/02/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/03/2028	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	26/03/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/04/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	09/04/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/04/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	20/05/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/06/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/06/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2028	51
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/07/2028	34
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/07/2028	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/08/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	29/08/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	01/09/2028	18
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/09/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	31/10/2028	5
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/12/2028	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2029	27
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/10/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	11/07/2026	82
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	09/10/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	31/10/2028	10
Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso V	Pottencial	22/07/2027	1.031
Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	08/04/2027	16
Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	05/06/2027	16
RE Faixas adicionais SP 327	Fairfax	18/11/2027	5.807
Responsabilidade Civil	AXA	06/07/2026	51.918
Risco Operacional	Tokio Marine	06/07/2026	163.000
Riscos Diversos - Equipamentos	Essor	06/07/2026	9.161

Seguro Drone Reta - Mini 2 e Phantom 4	AKAD	13/04/2026	736
Seguro Patrimonial - 4 Locais	CHUBB	25/11/2026	8.900

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA (CONSOLIDADO)

A seguir relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo de fornecedor no fim do exercício	12.516	13.135

* * *

Daniel Becker
Diretor

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Domingos A. B. Mesquita
Contador CRC 1SP286185/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/A4DD-F46C-92F7-68E7>. Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: A4DD-F46C-92F7-68E7



Hash do Documento

B71F6C6D45F9B85A8E0277F34FB38538C273D61600F6B60ACF57ADD9A048B65E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2026 é(são) :

- Gustavo de Souza Matthiesen - 321.008.008-92 em 27/02/2026
18:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital